

CARGO TÉCNICO EM
/ ASSUNTOS
EDUCACIONAIS

AE

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 05/2021

LEIA ESTAS INSTRUÇÕES:

1. Leia atentamente as informações abaixo e, em seguida, assine no espaço reservado.
2. Este caderno contém, respectivamente, uma proposta de Redação e 50 questões de múltipla escolha, assim distribuídas: 01 a 10 - Língua Portuguesa; 11 a 20 - Legislação; 21 a 50 - Conhecimentos Específicos.
3. Lembre-se que, de acordo com o item 8.2 do Edital 05/2021, **há apenas uma alternativa que responde cada questão.**
4. Quando o Fiscal autorizar, verifique se o Caderno está completo e sem imperfeição gráfica que impeça a leitura. Detectado algum problema, comunique-o, imediatamente, ao Fiscal.
5. A redação será avaliada considerando-se apenas o que estiver escrito no espaço reservado para o texto definitivo na Folha de Redação fornecida pela CPPS.
6. Interpretar as questões faz parte da avaliação, portanto não peça esclarecimentos aos fiscais.
7. A CPPS exige o uso de caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
8. Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
9. Os rascunhos e as marcações que você fizer neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
10. Você dispõe de, no máximo, quatro horas para redigir o texto definitivo na Folha de Redação, responder às questões e preencher a Folha de Respostas.
11. O preenchimento da Folha de Resposta e da Folha de Redação é de sua inteira responsabilidade.
12. O candidato, ao terminar as provas, entregará ao fiscal de sala o caderno de provas juntamente com a Folha de Respostas referente às provas de múltipla escolha, bem como a folha definitiva da prova de Redação.
13. Somente após cumprido três horas de prova, o candidato poderá sair da sala de aplicação com seu caderno de prova.

Assinatura do candidato: _____

Número de inscrição: _____ CPF: _____

Em 1904, foi promulgada a Lei nº 1.261, que instituiu a obrigatoriedade da vacinação contra a varíola. À ocasião, passou-se a aplicar multa para quem não se vacinasse, além de exigir da população o comprovante de vacinação para matrícula de crianças na escola, para viagens ou até mesmo para o casamento. Por conta dessas exigências, somadas à intensa desinformação, estourou no Rio de Janeiro a Revolta da Vacina, um protesto popular que emergiu por conta da negação de uma parcela da sociedade em tomar o imunizante. Ficar com a aparência bovina ou contrair doenças de outros animais eram boatos corriqueiros que ajudaram a impulsionar o ceticismo da época.

Situação semelhante acontece agora, mais de cem anos depois, em meio à pandemia de COVID-19: as vacinas desenvolvidas desde 2020 contra o vírus Sars-CoV-2 também têm enfrentado, no mundo todo, resistência de uma parte da população, motivada também pela desinformação e pelo negacionismo contra a eficácia da vacina. Isso tem gerado posicionamentos variados, por meio de diferentes textos:

TEXTO 1



Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/charge-do-ze-dassilva-nem-todos-querem-a-vacina-pro-covid-19>. Acesso em: 17 ago. 2021.

TEXTO 2



Fonte: https://www.instagram.com/p/CJqr__UpEUQ/?utm_medium=copy_link. Acesso em: 19 ago. 2021.

Ainda sobre a questão, no Brasil, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em 2020, o seguinte:

“Entre outros pontos, ficou decidido que vacinação compulsória, obrigatória, não significa vacinação forçada contra a Covid, mas que sanções podem ser estabelecidas contra quem não se imunizar, como a de não receber benefícios ou não fazer viagens internacionais. E que essas medidas podem ser implementadas pela União, estados, Distrito Federal e municípios. O tribunal descartou a necessidade de exigir consentimento prévio das pessoas para imunização”.

Fonte: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/12/17/stf-decide-que-a-vacina-contr-o-coronavirus-e-obrigatoria.ghtml>. Acesso em: 17 ago. 2021.

Na esteira da decisão do STF, tem havido iniciativas governamentais com o intuito de garantir segurança com relação à saúde pública, como o Projeto de Lei nº 5040/2020, de autoria do deputado federal Aécio Neves, que dispõe sobre as penalidades aplicáveis a quem se recusar a tomar a vacina contra a COVID-19. No Ceará, o governador Camilo Santana anunciou, em 16 de agosto de 2021, o envio de um projeto de lei que prevê sanções a servidores públicos que não se vacinarem, podendo culminar inclusive em demissão.

“Tem pessoas que resistem a se vacinar, seja por ideologia política ou outro motivo, um absurdo. A única forma que temos de se proteger dessa pandemia, que tem tirado milhares de vidas no Ceará, é a vacina”, disse Camilo em transmissão em rede social.

Fonte: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/08/16/servidor-publico-que-recusar-vacina-no-ceara-podera-sofrer-sancao-administrativa-estabelece-projeto-de-lei.ghtml>. Acesso em: 19 ago. 2021.

Você foi convidado por um jornal de grande circulação para escrever sobre o tema. Redija um artigo de opinião em que você busque responder à pergunta: quem não aceitar receber a vacina contra a COVID-19 deve sofrer sanções, como a perda do emprego?

INSTRUÇÕES

O texto deverá ser escrito, com caneta, na modalidade formal da Língua Portuguesa, e ter entre **16 e 60** linhas.

SERÁ ATRIBUÍDA NOTA 0 (ZERO) A PROVA QUE:

- | | |
|---|--|
| A) Estiver em branco; | E) For redigida de forma ilegível; |
| B) Não for redigida no gênero/tipo textual requerido na proposta; | F) Não for escrita com caneta preta; |
| C) Fugir completamente ao tema da proposta da redação; | G) Apresentar identificação do candidato fora do espaço reservado; |
| D) For redigida fora do espaço destinado ao texto definitivo na Folha de Redação; | H) Contiver quantidade de linhas inferior ou superior ao determinado na proposta da redação. |

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Leia o texto abaixo para responder às questões.

VACINAÇÃO: HISTÓRICO E IMPORTÂNCIA

A vacinação é uma das estratégias mais eficazes para a prevenção de infecções. Simplificando, a ação da vacina pode ser explicada como forma de antecipar o contato do corpo com o microrganismo infectante ou parte dele de maneira segura, visando a estimular e preparar o sistema imunológico para quando de fato for desafiado no contato com o agente causador da doença.

Em 1796, o médico inglês Edward Jenner (1749-1823) criou a primeira vacina do mundo a partir da observação de que pessoas que contraíram a varíola bovina (*cowpox*) estariam protegidas da infecção pela varíola humana, uma doença viral frequentemente mortal. Jenner deu a esse processo o nome de vacinação.

Após quase dois séculos do desenvolvimento da primeira vacina, em 1980, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou oficialmente: "O mundo e todos os seus povos estão livres da varíola". A afirmação marcou o fim de uma doença que atormentou a humanidade por pelo menos três mil anos, matando 300 milhões de pessoas somente no século 20. Ainda hoje, a erradicação da varíola é considerada a maior vitória da medicina moderna, sendo lembrada com esperança na luta para eliminar doenças infecciosas.

Cabe insistir que vacina não é um gasto, é um investimento em saúde. Segundo a OMS, existem vacinas para prevenir mais de 20 doenças fatais. A imunização atualmente previne de 2 a 3 milhões de mortes todos os anos por doenças como pneumonia, meningite, hepatite e sarampo.

Mundialmente reconhecido, o Programa Nacional de Imunização (PNI) brasileiro, criado em 1973, é considerado referência pela Organização Pan-americana da Saúde (Opas). Parte do Sistema Único de Saúde (SUS), o PNI oferece gratuitamente todas as vacinas recomendadas pela OMS. Além de distribuir 25 tipos de vacinas, o país ainda produz e exporta várias delas para mais de 70 países. Atualmente, são disponibilizados gratuitamente pela rede pública de saúde cerca de 300 milhões de doses de imunobiológicos, para combater mais de 19 doenças, em diversas faixas etárias.

Ampliar e consolidar a produção nacional de vacinas é um dos grandes desafios do Brasil, uma vez que se trata de um processo complexo e com muitas variáveis. As flutuações relacionadas a uma produção de imunobiológicos devem ter seus riscos mapeados e minimizados a fim de garantir o abastecimento do mercado.

No Brasil, um cenário bastante animador é a perspectiva da construção do Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde em Santa Cruz (RJ), o qual produzirá anualmente até 120 milhões de frascos, passando a ser a maior fábrica de vacinas da América Latina. Além de novas plantas fabris, deve-se investir em adequar as fábricas já existentes dos laboratórios públicos para assim contemplar as crescentes demandas regulatórias nacionais e internacionais, mantendo o abastecimento atual.

A incorporação tecnológica e o desenvolvimento de novas vacinas também devem ser priorizados a fim de oferecer à população o que há de melhor. No entanto, esses dois caminhos são considerados longos e complexos, nos quais se tem um alto investimento e retorno em longo prazo, o que faz com que nem sempre sejam privilegiados. Porém, são esses os alicerces – junto com as produções já consolidadas – necessários para evitar ou minimizar o risco de desabastecimento de vacinas em momentos de demanda mundial.

Outro fator importante diz respeito à formação, retenção e valorização da mão de obra qualificada e especializada. Normalmente, esses recursos humanos têm sua formação refinada dentro do próprio complexo industrial, já que receberam conhecimento específico – e muitas vezes sigiloso – na própria instituição. Entretanto, nos laboratórios públicos, a realidade é outra: enfrentam-se dificuldades para contratar, formar e reter talentos, gerando uma lacuna nesses ambientes.

Com a atuação nas frentes descritas acima, teremos ainda que equacionar a decrescente adesão ao PNI. Falta de conhecimento sobre doenças consideradas erradicadas, falsas notícias (*fake news*) e horários limitados das salas de vacinação são fatores que estão contribuindo com as baixas coberturas vacinais.

Infelizmente, movimentos antivacinas ganham espaço. Diversos estudos demonstram a eficácia e o papel relevante da introdução do uso de vacinas na história, mas aqueles que se recusam a vacinar fazem escolhas individuais que podem repercutir em toda a sociedade – doenças tidas como erradicadas podem retornar, como o caso do sarampo.

A onda do antivacinismo pode estar relacionada ao questionamento da segurança das vacinas, ao receio de seus efeitos colaterais, ou mesmo à crença de que as pessoas não são vulneráveis a essas doenças. Assim como qualquer medicamento, as vacinas podem gerar efeitos adversos. Mas, ao aprovar seu uso, entende-se que seus benefícios superam o risco da ocorrência de tal evento, uma vez que a doença traria consequências muito mais graves. Acredita-se que a comunicação de qualidade e transparência sobre as vacinas seria o melhor instrumento para lidar com tais movimentos.

Com a globalização e a situação que atualmente vivemos com a pandemia do covid-19, realmente lidar com esses gargalos citados e impulsionar as iniciativas de consolidação da produção nacional de vacinas e cobertura vacinal é o caminho para o sucesso e a esperança de dias melhores.

*Carla França Wolanski de Almeida
Vice-Diretoria de Produção da Fiocruz*

Caroline Moura Ramirez

Gestão integrada do Projeto de Transferência de Tecnologia e Produção da Vacina Covid-19 da Fiocruz

Wania Renata dos Santos

Departamento de Vacinas Virais da Fiocruz

QUESTÃO 01

De acordo com a leitura do texto, pode-se afirmar que o propósito comunicativo predominante é:

- a) explicar como funciona a produção e a distribuição de vacinas em território nacional e as dificuldades logísticas enfrentadas.
- b) problematizar a existência do movimento antivacinas no mundo, mostrando suas consequências para a saúde pública.
- c) defender a vacinação como uma medida eficaz de proteção contra infecções e o investimento na produção e na ampliação da cobertura vacinal.
- d) listar medidas necessárias para a ampliação da vacinação entre a população brasileira, bem como os direitos do cidadão ao ser vacinado.

QUESTÃO 02

Baseando-se na leitura global do texto, pode-se inferir que:

- a) o Brasil é referência mundial em imunização, porém, ainda enfrenta desafios na produção e cobertura vacinal.
- b) a eficácia e a relevância das vacinas na história da humanidade são indiscutíveis.
- c) a vacinação em massa trouxe gastos expressivos aos cofres públicos por seu alto custo.
- d) a tecnologia empregada no desenvolvimento de novas vacinas é relativamente simples e de retorno imediato.

QUESTÃO 03

Observando a organização linguístico-textual, pode-se dizer que se trata de um texto predominantemente:

- a) descritivo, pela presença da caracterização de pessoas envolvidas no desenvolvimento das vacinas, como se verifica em: "Em 1796, o médico inglês Edward Jenner (1749-1823) criou a primeira vacina do mundo".
- b) argumentativo, pela presença de posicionamentos explícitos, como se verifica em: "Cabe insistir que vacina não é um gasto, é um investimento em saúde".
- c) explicativo, pelos esclarecimentos prestados acerca da distribuição de vacinas no país, como se verifica em: "Além de distribuir 25 tipos de vacinas, o país ainda produz e exporta várias delas para mais de 70 países".
- d) injuntivo, pela presença de orientações do que deve ser feito diante dos desafios da vacinação, como se verifica em: "Acredita-se que a comunicação de qualidade e transparência sobre as vacinas seria o melhor instrumento para lidar com tais movimentos".

QUESTÃO 04

Observe o seguinte parágrafo:

"Com a atuação nas **frentes descritas acima**, teremos ainda que equacionar a decrescente adesão ao PNI. Falta de conhecimento sobre doenças consideradas erradicadas, falsas notícias (*fake news*) e horários limitados das salas de vacinação são fatores que estão contribuindo com as baixas coberturas vacinais." A expressão destacada refere-se:

a) à ampliação e consolidação da produção nacional de vacinas; à incorporação tecnológica e ao desenvolvimento de novas vacinas; e à formação, retenção e valorização da mão de obra qualificada e especializada.

b) aos recursos humanos despendidos na formação dos profissionais; à falta de conhecimento de doenças ainda não erradicadas e, por fim, ao risco de desabastecimento de vacinas.

c) à estimulação e ao preparo do sistema imunológico; à construção do Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde e à vacinação como um investimento em saúde pública.

d) ao fato de que a vacinação é o meio mais eficaz para a prevenção de infecções; à erradicação da varíola - considerada a maior vitória da medicina moderna, e ao fato de que a imunização previne mortes todos os anos por doenças.

QUESTÃO 05

Considerando o excerto: “**Infelizmente**, movimentos antivacinas ganham espaço. Diversos estudos demonstram a eficácia e o papel relevante da introdução do uso de vacinas na história, mas aqueles que se recusam a vacinar fazem escolhas individuais que podem repercutir em toda a sociedade [...]”, o elemento linguístico em destaque tem função eminentemente:

a) dêitica, pois atua na ancoragem do enunciado no contexto imediato.

b) modalizadora, pois explicita o posicionamento das autoras acerca do que foi dito.

c) anafórica, pois retoma uma ideia apresentada no parágrafo anterior.

d) topicalizadora, pois faz referência a uma ideia que ainda não fora mencionada no texto.

QUESTÃO 06

O uso da expressão *uma vez que* no trecho: “Ampliar e consolidar a produção nacional de vacinas é um dos grandes desafios do Brasil, **uma vez que** se trata de um processo complexo e com muitas variáveis” estabelece:

a) uma relação semântica de concessão entre a ideia anterior e a seguinte, e pode ser substituída, sem prejuízos semânticos, por muito embora.

b) uma relação semântica de causa entre a ideia anterior e a seguinte, e pode ser substituída, sem prejuízos semânticos, por visto que.

c) uma relação semântica de explicação entre a ideia anterior e a seguinte, e pode ser substituída, sem prejuízos semânticos, por porque.

d) uma relação semântica de conformidade entre a ideia anterior e a seguinte, e pode ser substituída, sem prejuízos semânticos, por como.

QUESTÃO 07

Analisando o excerto: “Após quase dois séculos do desenvolvimento da primeira vacina, em 1980, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou oficialmente: ‘O mundo e todos os seus povos estão livres da varíola’”, no que se refere ao modo de citação do discurso alheio e seus propósitos, pode-se dizer que:

a) as autoras usam o discurso direto para demarcar oposição ao discurso citado, atribuindo inteira responsabilidade pelo que foi dito à OMS.

b) as autoras empregam o discurso indireto para atribuir veracidade e certeza ao discurso citado, visando à credibilidade dos argumentos apresentados no parágrafo.

c) as autoras recorrem ao discurso direto para destacar a expressividade do discurso citado, atribuindo-lhe importância e relevância no contexto em que ocorreu.

d) as autoras utilizam o discurso indireto para indeterminar as fronteiras entre o discurso citante e o discurso citado, procurando estabelecer concordância com o que foi declarado pela OMS.

QUESTÃO 08

Observe os empregos da vírgula enumerados no excerto a seguir: "A onda do antivacinação pode estar relacionada ao questionamento da segurança das vacinas, (1) ao receio de seus efeitos colaterais, (2) ou mesmo à crença de que as pessoas não são vulneráveis a essas doenças. Assim como qualquer medicamento, (3) as vacinas podem gerar efeitos adversos". O uso da vírgula, nesses casos, justifica-se por:

- a) enumerar itens regidos pelo mesmo nome, em (1) e (2), e isolar o vocativo da oração em (3).
- b) separar orações subordinadas entre si, em (1) e (2), e anteceder uma oração coordenada explicativa em (3).
- c) listar itens de mesmo valor semântico, em (1) e (2), e separar orações de sujeitos diferentes em (3).
- d) coordenar dois ou mais termos com a mesma função sintática, em (1) e (2), e destacar uma expressão adverbial deslocada em (3).

QUESTÃO 09

Considerando a organização sintática do período: "Diversos estudos demonstram a eficácia e o papel relevante da introdução do uso de vacinas na história, mas aqueles que se recusam a vacinar fazem escolhas individuais que podem repercutir em toda a sociedade", é **CORRETO** afirmar que:

- a) há seis orações no período, sendo duas orações coordenadas e quatro orações subordinadas.
- b) há cinco orações no período, sendo duas orações coordenadas e três orações subordinadas.
- c) há quatro orações no período, sendo duas orações coordenadas e duas orações subordinadas.
- d) há três orações no período, sendo duas orações coordenadas e uma oração subordinada.

QUESTÃO 10

No trecho: "Acredita-se que a comunicação de qualidade e transparência sobre as vacinas seria o melhor instrumento para lidar com tais movimentos", o item linguístico em destaque exerce a função sintática de:

- a) adjunto adverbial de dúvida.
- b) índice de indeterminação do sujeito.
- c) partícula apassivadora.
- d) conjunção integrante.

QUESTÃO 11

O processo de investidura do indivíduo em cargo público se dá em várias etapas, respeitando as exigências legais. Sobre tais exigências, nos termos da Lei nº 8.112/1990, pode-se afirmar:

- a) No ato da convocação, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.
- b) É de 20 (vinte) dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.
- c) A convocação ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento.
- d) A posse poderá se dar mediante procuração específica.

QUESTÃO 12

De acordo com a Lei nº 8.112/1990, são hipóteses de penalidades disciplinares, **EXCETO**:

- a) Exoneração.
- b) Suspensão.
- c) Demissão.
- d) Cassação de aposentadoria.

QUESTÃO 13

Nos termos da Lei nº 8.112/1990, para o servidor em estágio probatório, somente poderão ser concedidas as seguintes licenças, **EXCETO**:

- a) Licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro.
- b) Licença para atividade política.
- c) Licença para o serviço militar.
- d) Licença para desempenho de mandato classista.

QUESTÃO 14

Francisco, servidor da Universidade Federal Rural do Semiárido, assumiu o cargo de deputado estadual. Nesse caso, de acordo com a Lei nº 8.112/1990, Francisco deverá ser:

- a) Licenciado para o desempenho de mandato classista sem remuneração.
- b) Licenciado para o exercício de atividade política sem remuneração.
- c) Afastado do cargo sem remuneração.
- d) Licenciado para atividade política, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

QUESTÃO 15

Sobre direitos e vantagens dos servidores públicos, nos termos da Lei nº 8.112/1990, analise as seguintes assertivas:

- I – A remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido de vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
- II – O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens concedidas, é irredutível.
- III - O vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, sequestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultante de decisão judicial.

Da análise das assertivas, marque a alternativa **CORRETA**:

- a) Os itens I e III estão corretos e o item II está errado.
- b) Os Itens II e III estão corretos e o item I está errado.
- c) Os itens I e II estão errados e o item III está correto.
- d) Os itens II e III estão errados e o item I está correto.

QUESTÃO 16

O processo administrativo disciplinar e a sindicância são ferramentas à disposição do gestor público para apuração de irregularidades cometidas por servidores. Sobre apuração de irregularidades no serviço público, de acordo com a Lei nº 8.112/1990, é possível afirmar:

- a) Da Sindicância, poderá resultar aplicação de penalidade de suspensão ou demissão.
- b) O prazo do Processo Administrativo Disciplinar será de 60 (sessenta) dias, admitida sua prorrogação por igual período, quando as circunstâncias assim exigirem.
- c) As reuniões e as audiências das comissões designadas para compor o processo administrativo disciplinar serão públicas, atendendo ao princípio da publicidade.
- d) Os servidores designados para trabalhar na comissão do Processo Administrativo Disciplinar não poderão ser dispensados de suas rotinas de trabalho.

QUESTÃO 17

De acordo com a Lei nº 8.112/1990, a vacância do cargo público dar-se-á por:

- a) Redistribuição; remoção; readaptação; falecimento; demissão; aposentadoria e exoneração.
- b) Redistribuição; remoção; promoção; falecimento; demissão; aposentadoria e exoneração.
- c) Falecimento; demissão; promoção; readaptação; aposentadoria; posse em outro cargo inacumulável e exoneração.
- d) Reversão; falecimento; demissão, readaptação e aposentadoria.

QUESTÃO 18

De acordo com a Lei nº 9.784/1999, possuem legitimidade para interpor recurso no processo administrativo federal, **EXCETO**:

- a) Os cidadãos ou associações, quanto a direitos ou interesses difusos.
- b) O Ministério Público Federal e a Advocacia Geral da União.
- c) Os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo.
- d) Aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida.

QUESTÃO 19

O processo administrativo no âmbito da administração federal rege-se por princípios e critérios estabelecidos em lei que buscam dar uniformidade e coesão aos procedimentos. Sobre eles, nos termos definidos na Lei nº 9.784/1999, é possível afirmar:

a) No que tange ao critério de objetividade no atendimento do interesse público, é vedada a renúncia total ou parcial de poderes e competências.

b) A interpretação da norma administrativa deve ser feita da forma que melhor garanta o interesse do administrado.

c) Todos os atos administrativos devem ser divulgados oficialmente, sem exceção, sob pena de violação ao princípio da publicidade.

d) A Lei nº 9.784/1999 estabeleceu como princípios que regem o processo administrativo legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público, eficiência, dentre outros.

QUESTÃO 20

No que se refere aos atos do processo administrativo no âmbito federal, de acordo com o disposto na Lei nº 9.784/1999, pode-se afirmar:

a) Os atos do processo devem ser produzidos escrito ou oralmente – desde que reduzidos a termo, em vernáculo, com a data e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável.

b) A autenticação de documentos exigidos em cópia não poderá ser feita pelo órgão administrativo, pois o único responsável pela fé pública são os cartórios de registro de documentos.

c) Os atos do processo devem realizar-se em dias úteis, no horário normal de funcionamento da repartição na qual tramitar o processo.

d) Os atos do processo devem realizar-se obrigatoriamente na sede do órgão, cientificando-se o interessado se outro for o local de realização.

QUESTÃO 21

A Lei nº 13.005/2014 aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), que estará em vigor até 2024. No Art. 2º estão as diretrizes do PNE. Marque a alternativa que relaciona as diretrizes do PNE:

- a) Erradicação do analfabetismo; promoção do princípio da gestão democrática da educação privada; melhoria da qualidade da educação.
- b) Valorização dos(as) profissionais da educação; erradicação do analfabetismo; formação para o trabalho, com ênfase no ensino técnico e profissionalizante.
- c) Valorização dos(as) profissionais da educação; melhoria da qualidade da educação; promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.
- d) Erradicação do analfabetismo; promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país; promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos; formação para o trabalho, com ênfase no ensino técnico e profissionalizante.

QUESTÃO 22

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) é a legislação que define e regulamenta o sistema educacional brasileiro, seja ele público ou privado. Em seu capítulo IV, a referida lei trata sobre a Educação Superior. De acordo com o Art. 44, a educação superior no Brasil abrange os seguintes cursos e programas:

- a) Cursos de graduação, sequenciais, de extensão, de especialização, aperfeiçoamento e programas de mestrado e doutorado.
- b) Cursos de graduação, programa de mestrado, curso de doutorado.
- c) Curso básico, curso superior, curso de graduação e programa de pós-graduação.
- d) Cursos de graduação, de especialização, aperfeiçoamento e programas de mestrado e doutorado.

QUESTÃO 23

Criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. Avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos, principalmente o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente e as instalações. Essa asserção se refere:

- a) Ao SINAES.
- b) Ao REUNI.
- c) Ao PNAES.
- d) À UAB.

QUESTÃO 24

O Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, trata das funções de regulação, supervisão e avaliação das Instituições de Educação Superior (IES) e dos cursos superiores de graduação. Em seu Art. 15, é definido que as IES, de acordo com sua organização e suas prerrogativas acadêmicas, serão credenciadas para oferta de cursos superiores de graduação, como:

- a) Públicas, privadas e filantrópicas.
- b) Faculdades, centros universitários e universidades.
- c) Universidades, faculdades e institutos federais.
- d) Universidades, centros universitários e tecnológicos.

QUESTÃO 25

Avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional e o nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial. Essa afirmação está se referindo:

- a) À avaliação institucional.
- b) Ao PROUNI.
- c) À avaliação dos cursos de graduação.
- d) Ao ENADE.

QUESTÃO 26

De acordo com Dourado (2010, p. 59): “as atuais políticas e gestão para a educação superior assumem escopo mais abrangente, cuja efetivação tem propiciado mudanças importantes nesse nível de ensino”. Dentre as políticas para a educação efetivadas pelo Governo Federal, a partir de 2004, destacamos:

- I. Criação e efetivação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).
- II. Criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
- III. Fortalecimento e redimensionamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP).
- IV. Efetivação de apoio e programas direcionados à diversidade, com especial destaque às ações afirmativas (cotas, assistência estudantil, entre outros).
- V. Ampliação do Programa Universidade para Todos (PROUNI).

A partir das afirmações acima, é **CORRETO** dizer que:

- a) II e IV e V estão corretas.
- b) I, II e III estão corretas.
- c) I, III e IV estão corretas.
- d) I, IV e V estão corretas.

QUESTÃO 27

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, trata no TÍTULO V dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino. Sobre os níveis escolares, é correto afirmar que a educação escolar compõe-se de:

- a) Educação Básica e Educação Superior.
- b) Ensino Fundamental e Ensino Superior.
- c) Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.
- d) Educação Básica e Ensino Médio.

QUESTÃO 28

A política educacional posta em prática no Brasil a partir da década de 1990 defende a criação de diferentes tipos de instituições, programas e modalidades como forma de aumentar o número de matrículas na educação superior. Nesse contexto, a educação a distância tem ampliado o acesso ao Ensino Superior. O sistema instituído para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país é:

- a) Universidade de Educação a Distância (UEA).
- b) Instituto de Educação a Distância (IEA).
- c) Universidade de Ensino a Distância do Brasil (UEAB).
- d) Universidade Aberta do Brasil (UAB).

QUESTÃO 29

“A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE).” (BRASIL, 2018, p. 7). Marque a alternativa que indica as modalidades da Educação Básica definidas pela BNCC.

- a) Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação do Campo.
- b) Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação a Distância.
- c) Educação Escolar Quilombola, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo.
- d) Educação Escolar Quilombola, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena.

QUESTÃO 30

O artigo 206 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 define que o ensino será ministrado com base em princípios. Analise as afirmativas:

- I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- II. Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.
- III. Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.
- IV. Promoção humanística, científica e tecnológica do país.
- V. Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas.
- VI. Formação para o trabalho.

Assinale a opção em que todos são princípios constitucionais:

- a) I, III e V.
- b) II, IV e VI.
- c) I, II e V.
- d) I, III e VI.

QUESTÃO 31

De acordo com os estudos de Bloom (1993), a avaliação do processo de ensino e aprendizagem apresenta três tipos: diagnóstica (analítica), formativa (controladora) e somativa (classificatória). O quadro a apresenta, de modo resumido, esses três tipos de avaliação e os usos principais no processo da avaliação escolar:

TIPOS DE AVALIAÇÃO E DECISÕES DO PROFESSOR

TIPO DE AVALIAÇÃO	QUANDO AVALIAR	NATUREZA DA INFORMAÇÃO	DECISÃO DO PROFESSOR
1	FINAL DE CURSO, ETAPA OU CICLO	- PRODUTO (O QUE O ALUNO APRENDEU) - PROCESSO (INFERÊNCIAS SOBRE A CAPACIDADES QUE O ALUNO ADQUIRIU)	- APROVAR O ALUNO - RECUPERAR ALUNOS QUE NÃO ATINGIRAM OBJETIVOS - REENTURMAR ALUNOS - REVER PROGRAMAS/MATERIAIS
2	FINAL DA UNIDADE	- PRODUTO (O QUE O ALUNO APRENDEU; PROCESSO REALIZADO) - PROCESSO (INFERÊNCIAS SOBRE CAPACIDADES QUE O ALUNO ADQUIRIU)	- PROSSEGUIR - ALTERAR RITMO OU NÍVEL DO CURSO - REVISÃO OU RECUPERAÇÃO GERAL - RECUPERAÇÃO INDIVIDUALIZADA
3	INÍCIO DO ANO OU UNIDADE	- BASE - DOMÍNIO DE PRÉ-REQUISITOS - CONHECIMENTOS SOBRE O CURSO - GOSTOS E PREFERÊNCIAS	- ENTURMAR/REENTURMAR - NIVELAR - RECUPERAÇÃO PARALELA - MUDAR CURRÍCULO/PROGRAMA

Fonte: Oliveira (2002, p. 333).

Indique a alternativa que aponta os tipos de avaliação que correspondem às informações dadas:

- a) 1- somativa; 2- formativa; 3- diagnóstica.
- b) 1- somativa; 2- diagnóstica; 3- formativa.
- c) 1- formativa; 2- somativa; 3- diagnóstica.
- d) 1- formativa; 2- diagnóstica; 3- somativa.

QUESTÃO 32

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público:

- a) Administrativo.
- b) Subjetivo.
- c) Processual.
- d) Privado.

QUESTÃO 33

Em Matui (1995, p. 234), temos que “[...] A avaliação mediadora ‘encoraja a reorganização do saber’, e isso é feito pela ‘reciprocidade intelectual’: professor e alunos buscando coordenar seus pontos de vista, trocando ideias, reorganizando-se logicamente num ambiente democrático e de dialogicidade.” Assim, é correto afirmar que a avaliação mediadora:

- a) Possibilita que o professor faça o diagnóstico dos níveis de aprendizagem dos alunos e, com isso, decida o que precisa ser feito para que a aprendizagem aconteça.
- b) Depende unicamente de uma mudança na postura do professor.
- c) Exige mudanças nas concepções de desenvolvimento e de aprendizagem, ou seja, exige mudanças na prática pedagógica.
- d) É realizada depois de um tempo de aula e faz parte do rendimento escolar.

QUESTÃO 34

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/96, trata no TÍTULO IV da Organização da Educação Nacional. A União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino. Analise as competências de cada instância de governo atribuídas pela LDB.

I - A União incumbir-se-á de oferecer o Ensino Superior, com a cooperação do Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão sobre os cursos de graduação e pós-graduação.

II - Os Estados incumbir-se-ão de assegurar o Ensino Fundamental e oferecer, com prioridade, o Ensino Médio a todos que o demandarem.

III - Os municípios incumbir-se-ão de oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas e, com prioridade, o Ensino Fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência.

Com base nas afirmações acima, é **CORRETO** dizer que:

- a) I e II são corretas.
- b) I e III são corretas.
- c) II e III são corretas.
- d) Todas as alternativas estão corretas.

QUESTÃO 35

De acordo com Sacristán (1998, p. 125), “o termo currículo provém da palavra *currere*, que se refere à carreira, a um percurso que deve ser realizado e, por derivação, a sua representação ou apresentação”. Nesse sentido, pode-se afirmar que o currículo:

I) Reflete interesses concretos em um sistema educativo, por isso ele se amolda a finalidades diversas, a partir de um direcionamento único.

II) Considera valores, hábitos, atitudes e por isso não é instrumento neutro. Ele passa por ideologia, o que implica uma análise crítica das culturas dominante e popular.

III) Refere-se à organização com conhecimento escolar, considerando o que, para que, por que, como e quando se ensina.

IV) É um importante elemento constitutivo da organização escolar.

A partir das afirmações acima, é certo dizer que:

- a) Os itens I, II e III são corretos.
- b) Os itens II, III e IV são corretos.
- c) Os itens I, III e IV são corretos.
- d) Todos os itens são corretos.

QUESTÃO 36

“Tendências Pedagógicas são as diversas teorias filosóficas que pretenderam dar conta da compreensão e da orientação da prática educacional em diversos momentos e circunstâncias da história humana” (LUCKESI, 1990, p. 53). Considerando as tendências classificadas pelo autor, marque V para verdadeiro e F para falso.

() A tendência pedagógica liberal está dividida em Tradicional, Renovada Progressista, Renovada não-diretiva e Tecnicista.

() Para a tendência progressista libertária, somente o vivido, o experimentado, é incorporado e utilizável em situações novas. Assim, o critério de relevância do saber sistematizado é seu passível uso prático. Por isso mesmo, não faz sentido qualquer tentativa de avaliação da aprendizagem, ao menos em termos de conteúdo.

() Na tendência liberal tradicional, o papel da escola é produzir indivíduos competentes para o mercado de trabalho.

() Na tendência crítico-social dos conteúdos, a educação escolar compete organizar o processo de aquisição de habilidades, atitudes e conhecimentos específicos, úteis e necessários para que os indivíduos se integrem à máquina do sistema social global.

A sequência **CORRETA** encontrada é:

- a) V, V, V, F.
- b) V, F, F, V.
- c) F, F, V, V.
- d) V, V, F, F.

QUESTÃO 37

Segundo Veiga (1995, p. 11), “o projeto político pedagógico tem sido objeto de estudos para professores, pesquisadores e instituições educacionais em nível nacional, estadual e municipal, em busca da melhoria da qualidade do ensino”. Nesse sentido, é **CORRETO** afirmar que o projeto político pedagógico:

a) Deve ser construído e constantemente revisado, de modo coletivo, pelos que integram o processo educativo, pois é preciso que esse documento esteja sempre atualizado, com os planos e as atividades que são desenvolvidas na escola, sob a coordenação da direção, que encaminha para cumprimento das exigências definidas.

b) Deve ser construído e constantemente revisado, de modo coletivo, pelos que integram o processo educativo, pois todos são responsáveis pelo processo de ensino e aprendizagem, ou seja, são obrigados a participar, o que implica diretamente no cumprimento das exigências técnicas do sistema educativo.

c) Deve ser construído e constantemente revisado, de modo coletivo, pelos que integram o processo educativo, pois define um fluxo preciso das tarefas, das ações e, principalmente, das decisões da escola, a partir de relações hierárquicas e centralizadas.

d) Deve ser construído e constantemente revisado, de modo coletivo, pelos que integram o processo educativo, pois ele tem a ver com a organização do trabalho pedagógico, tanto no âmbito da escola como um todo quanto no da organização da sala de aula, incluindo as relações que são estabelecidas com o contexto social.

QUESTÃO 38

Libâneo (1994) divide a Pedagogia Progressista em três tendências: a Pedagogia Progressista Libertadora, a Pedagogia Progressista Libertária, a Pedagogia Progressista Crítico-Social dos Conteúdos. São características dessa última tendência:

a) O conhecimento resulta de trocas que se estabelecem na interação entre o meio (natural, social, cultural) e o sujeito. O grau de envolvimento na aprendizagem depende tanto da prontidão e disposição do aluno quanto do professor e do contexto da sala de aula. Aprender é desenvolver a capacidade de processar informações e lidar com os estímulos do ambiente, organizando os dados disponíveis da experiência.

b) Defende, apoia e estimula a participação em grupos e movimentos sociais: sindicatos, grupos de mães, comunitários, associações de moradores etc., para além dos muros escolares e, ao mesmo tempo, trazendo para dentro deles essa realidade pulsante da sociedade. Objetiva concretizar a democracia através de eleições para conselhos, direção da escola, grêmios estudantis e outras formas de gestão participativa.

c) A atividade escolar deve centrar-se em discussões de temas sociais e políticos e em ações concretas sobre a realidade social imediata. O professor deve agir como um coordenador de atividades, aquele que organiza e atua conjuntamente com os alunos.

d) Proposta de educação absolutamente centrada no professor, figura incontestável, único detentor do saber que deve ser repassado para os alunos. O papel do professor está focado em vigiar os alunos, aconselhar, ensinar a matéria ou conteúdo, que deveria ser denso e livresco, e corrigir. As aulas devem ser expositivas, organizadas de acordo com uma sequência fixa, baseadas na repetição e na memorização.

QUESTÃO 39

“Um projeto político pedagógico não nega o instituído da escola que é a sua história, que é o conjunto dos seus currículos, dos seus métodos, o conjunto dos seus atores internos e externos e o seu modo de vida. Um projeto sempre confronta esse instituído com o instituinte. Não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também político. O projeto pedagógico da escola é, por isso mesmo, sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola.” Fonte: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustaquio (orgs.). *Autonomia da escola: princípios e propostas*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 33-4. Disponível em: <https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/projeto-politico-pedagogico-por-moacir-gadotti/13187>. Acesso em: 14 set. 2021.

A partir dessa abordagem, o trabalho da escola está fundado nos princípios que deverão nortear a escola democrática, pública e gratuita. A seguir, abordamos esses princípios. Marque a alternativa

CORRETA:

a) Igualdade de condições de acesso à escola, ou seja, é importante a ampliação de vagas; qualidade, que não pode ser privilégio das minorias econômicas e sociais; gestão democrática, que exige a ruptura histórica na prática administrativa da escola e abrange as dimensões pedagógica e financeira; liberdade, que está associada diretamente ao conceito de autonomia; valorização do magistério, que pode ser considerado o princípio central na discussão do PPP e perpassa pela formação (inicial e continuada), pelas condições de trabalho e remuneração.

b) Igualdade de condições de acesso e permanência na escola, pois não adianta somente ampliar o número das vagas, é preciso garantir a ampliação do atendimento com a manutenção da qualidade; qualidade, que não pode ser privilégio das minorias econômicas e sociais; gestão democrática, que exige a ruptura histórica na prática administrativa da escola e abrange as dimensões administrativa e financeira; liberdade, que está associada diretamente ao conceito de autonomia; valorização do magistério, que pode ser considerado o princípio central na discussão do PPP e perpassa pela formação (inicial e continuada), pelas condições de trabalho e remuneração.

c) Igualdade de condições de acesso e permanência na escola, pois não adianta somente ampliar o número das vagas, é preciso garantir a ampliação do atendimento com a manutenção da qualidade; qualidade, que não pode ser privilégio das minorias econômicas e sociais; gestão democrática, que exige a ruptura histórica na prática administrativa da escola e abrange as dimensões pedagógica, administrativa e financeira; liberdade, que está associada diretamente ao conceito de autonomia; valorização do magistério, que pode ser considerado o princípio central na discussão do PPP e perpassa pela formação (inicial e continuada), pelas condições de trabalho e remuneração.

d) Igualdade de condições de acesso na escola, ou seja, é importante a ampliação de vagas; qualidade, que não pode ser privilégio das minorias econômicas e sociais; gestão democrática, que exige a ruptura histórica na prática administrativa da escola e abrange as dimensões pedagógica, administrativa e financeira; liberdade, que está associada diretamente ao conceito de autonomia; valorização do magistério, que pode ser considerado o princípio central na discussão do PPP e está relacionada à remuneração.

QUESTÃO 40

No contexto das tendências pedagógicas, a perspectiva tecnicista concebe o conhecimento como:

- a) Dedutivo. São apresentados apenas os resultados para que estes sejam armazenados.
- b) Uma questão de modificação do desempenho. É o resultado da experiência.
- c) Algo inacabado, a ser descoberto e reinventado, baseado em experiências cognitivas de modo progressivo em consideração aos interesses.
- d) Uma reflexão sobre a cultura e busca de respostas aos desafios que encontra.

QUESTÃO 41

O processo de construção do projeto político pedagógico para gestar uma nova organização pedagógica exige a análise dos elementos constitutivos do trabalho pedagógico da escola. De acordo com Veiga (1995, p. 22), "pelo menos sete elementos básicos podem ser apontados: as finalidades da escola, a estrutura organizacional, o currículo, o tempo escolar, o processo de decisão, as relações de trabalho, a avaliação".

Nesse contexto, é **CORRETO** afirmar:

- a) Que as relações de trabalho não devem ser firmadas nos princípios da divisão de trabalho, da fragmentação e da hierarquia, mas sim, nas atitudes de solidariedade, da participação coletiva, da reciprocidade.
- b) A organização do tempo escolar deve ser feita seguindo períodos fixos, segmentados e controlados, priorizando a carga horária das disciplinas, que deve ser monitorada e o cumprimento dos conteúdos determinados, pois isso favorece a organização do trabalho escolar.
- c) A estrutura organizacional da escola é formada basicamente por dois segmentos: administrativo e pedagógico. Para a construção do projeto político pedagógico, é necessário que todos os integrantes da equipe escolar entendam essa estrutura para que não haja quebra na hierarquia, principalmente, nos momentos de tomadas de decisão.
- d) A avaliação do projeto político pedagógico é importante porque expõe para a equipe as fragilidades do trabalho pedagógico. Não é o momento de problematizar.

QUESTÃO 42

De acordo com Cassiano e Góes (2020), por conta da suspensão das aulas presenciais, as instituições de ensino precisaram reorganizar as práticas desenvolvidas, a fim de minimizar os danos ao processo escolar e acadêmico. Diante desse contexto, a partir da decisão tomada por governos e pela iniciativa privada como parte dos protocolos de emergência gerados pela pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), o uso de ferramentas tecnológicas passou a virar estratégia de condução das instituições a fim de permitir aos estudantes continuar aprendendo, mesmo que em casa, através do direcionamento e acompanhamento por parte do professor via online, potencializando o ensino remoto.

Nesse cenário, compreendendo que ensino remoto não se configura enquanto modalidade de Educação a Distância (EaD), e sim, como solução temporária com o uso de recursos digitais para manutenção da relação professor e aluno em virtude do afastamento social, marque a alternativa **CORRETA** quanto ao conceito de educação a distância adotado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

a) Caracterizada como ambientes virtuais de aprendizagem; lugares de produção do conhecimento, onde encontros síncronos e, especialmente, assíncronos, acontecem.

b) É a modalidade educacional na qual aluno e professores estão separados, física ou temporalmente, e por isso, faz-se necessária a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação. Essa modalidade será regulada por uma legislação específica e pode ser implantada na educação básica (Educação de Jovens e Adultos, educação profissional técnica de nível médio) e na educação superior.

c) Caracterizada como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica, nos processos de ensino e aprendizagem, ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, políticas de acesso, acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, de modo que se propicie, ainda, maior articulação e efetiva interação e complementariedade entre a presencialidade e a virtualidade "real", o local e o global, a subjetividade e a participação democrática nos processos de ensino e aprendizagem em rede, envolvendo estudantes e profissionais da educação (professores, tutores e gestores), que desenvolvem atividades educativas em lugares e/ou tempos diversos.

d) A educação a distância, também conhecida por EaD, é uma modalidade de ensino em que professores e alunos não precisam estar fisicamente no mesmo ambiente e ao mesmo tempo para que ocorra a aprendizagem. Ou seja, ao invés de todos se encontrarem em uma sala de aula, com dia e hora marcados, cada um estuda em um horário diferente e onde quiser (em casa, na biblioteca, no trabalho etc.).

QUESTÃO 43

A gestão democrática traz em seu bojo o pressuposto da participação efetiva dos vários segmentos que compõem a comunidade escolar: professores, pais, funcionários. Ela está amparada pela legislação brasileira. A Constituição Federal de 1988 aponta a gestão democrática como um dos princípios para a educação brasileira e é regulamentada por leis complementares, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional da Educação (PNE), em sua meta 19.

Vejamos o que está posto na meta 19 do PNE:

Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Sobre a gestão democrática da educação nas instituições educativas, considerando a meta 19 do PNE, analise as seguintes afirmações:

I - Ela envolve a garantia de marcos legais e a efetivação de mecanismos concretos que garantam a participação de pais, estudantes, funcionários, professores, bem como da comunidade local, na discussão, elaboração e implementação de planos de educação, de planos e projetos político-pedagógicos das unidades educacionais, assim como no exercício e efetivação da autonomia dessas instituições em articulação com os sistemas de ensino.

II - Ela se constitui em um fim em si mesma, pois contribui para o aprendizado e o efetivo exercício da participação coletiva nas questões relativas à organização e à gestão da educação nacional.

III - Ela exige o debate coletivo da definição de conceitos, como autonomia, democratização, descentralização, qualidade e participação, com o objetivo de aprofundar a compreensão e gerar legitimidade e concretude no cotidiano.

IV - Ela deve envolver os sistemas e as instituições educativas e considerar os níveis de ensino, as etapas e as modalidades, bem como as instâncias e mecanismos de participação coletiva.

V - Ela exige o aprimoramento das formas de participação e de efetivação dos processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira, bem como os processos de prestação de contas e controle social.

Temos afirmações **CORRETAS** nos itens:

- a) I, II, III e V.
- b) II, III e V.
- c) II, III e IV.
- d) I, III, IV e V.

QUESTÃO 44

O Decreto nº 9.204/2017 instituiu o Programa de Inovação Educação Conectada, que visa a apoiar a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica. Analise as proposições abaixo nas quais se encontram alguns princípios definidos no Art. 3º do referido decreto.

I - Equidade de condições entre as escolas públicas da educação básica para uso pedagógico da tecnologia.

II - Promoção do acesso à inovação e à tecnologia em escolas situadas em regiões de maior vulnerabilidade socioeconômica e baixo desempenho em indicadores educacionais.

III - Acesso à internet com qualidade e velocidade compatíveis com as necessidades de uso pedagógico dos professores e dos alunos.

IV - Autonomia de professores na adoção da tecnologia para a educação.

V - Estímulo à contratação e aquisição de dispositivos eletrônicos.

Estão **CORRETAS**:

- a) I, II, III e V.
- b) I, II, III.
- c) III, IV e V.
- d) I, II, III e IV.

QUESTÃO 45

Os Conselhos Escolares são órgãos colegiados que debatem, acompanham e deliberam sobre questões político-pedagógicas, administrativas e financeiras das escolas. São formados por representantes da comunidade escolar e local. Estão regulamentados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que em seu artigo 14 estabelece que cada sistema de ensino deve definir suas próprias normas de gestão democrática do ensino público, de acordo com suas peculiaridades.

Segundo Vasconcelos et. Al. (2013. p. 346), “para o exercício de suas atividades, o Conselho Escolar possui as seguintes funções: deliberativa, consultiva, normativa, mediadora, mobilizadora, fiscal e recursal.” A partir desse entendimento, é **CORRETO** afirmar:

- a) A função deliberativa tem um maior poder de atuação dentro da escola, o que lhe permite ir além de somente apresentar propostas.
- b) A função consultiva permite tomar decisões a respeito dos problemas da escola.
- c) A função fiscal permite fiscalizar, acompanhar e supervisionar, mas não permite aprovar a prestação de contas.
- d) A função mobilizadora permite participar da mobilização de ações relacionadas somente à instância administrativa da escola.

QUESTÃO 46

A Lei nº 12.711/2012, que trata sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, estabelece que:

- a) Em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas serão reservadas para estudantes que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas.
- b) Em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas serão reservadas aos estudantes oriundos de famílias com renda total de um salário mínimo e meio.
- c) Em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, as vagas serão preenchidas, obrigatoriamente, por autodeclarados pretos, índios e por pessoas com deficiência, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- d) Em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, as vagas serão preenchidas em proporção igual de pretos e indígenas, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

QUESTÃO 47

O marco para implantação de políticas de ações afirmativas no Brasil é considerado por Cardoso (2008), Cavalcante (2015), dentre outros autores:

- a) A Lei nº 9.100/96, que estabelece reserva de percentual mínimo para candidatura de mulheres em partidos políticos.
- b) A II Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban, África do Sul, no ano de 2001.
- c) A Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências (Lei das cotas).
- d) O Programa Nacional de Direitos Humanos, que faz expressa alusão às políticas compensatórias, prevendo como meta o desenvolvimento de ações afirmativas em favor de grupos socialmente vulneráveis.

QUESTÃO 48

Em 2003, foi sancionada a Lei nº 10.639/03, posteriormente alterada pela Lei nº 11.645/08, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática:

- a) Educação financeira como tema transversal.
- b) Música como tema transversal.
- c) História e cultura afro-brasileira e indígena.
- d) Direitos humanos.

QUESTÃO 49

As concepções de aprendizagem subsidiam as práticas pedagógicas. Dentre essas concepções, se destaca a abordagem humanista, que tem como principal representante Carl Rogers. Analise as afirmações abaixo e aponte quais caracterizam a abordagem humanista.

I. O educador não deve adotar um modelo único de facilitar o aprendizado, precisa colocar os interesses dos alunos em primeiro lugar. Na prática educativa, o aluno precisa ser ator do seu processo de aprendizagem, refletindo, questionando e fazendo escolhas.

II. Sugere a não padronização e a universalização dos comportamentos, e sim, a singularização e o respeito as diferenças. O aluno deve ser estimulado a buscar o sucesso na sua busca por conhecimento para não se tornar um mero acumulador de informações.

III. O educador-facilitador deve ajudar seu aluno a entrar em contato com os seus interesses, objetivos e expectativas, incentivando-o a ser um agente da sua própria aprendizagem. Necessita exprimir, também, seus interesses, suas percepções e seu desejo sincero de ensinar, utilizando métodos estimulantes para colocar os conteúdos propostos e situar-se na sala de aula.

IV. O ensino e aprendizagem dependem do conhecimento autodescoberto, tornando-se uma verdade assimilada, experiência pessoal do aluno. Afirma que nessa forma de aprendizagem, o sujeito é orientado a se colocar mais aberto às suas experiências, vivenciando-as de forma integralizada.

A sequência **CORRETA** é:

- a) I, II e III.
- b) II, III, IV.
- c) I e III.
- d) Todas as alternativas.

QUESTÃO 50

“As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) são normas obrigatórias para a Educação Básica que orientam o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino. Elas são discutidas, concebidas e fixadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Mesmo depois que o Brasil elaborou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as Diretrizes continuam valendo porque os documentos são complementares: as Diretrizes dão a estrutura; a Base, o detalhamento de conteúdos e competências.”

Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/o-que-sao-e-para-que-servem-as-diretrizes-curriculares/>. Acesso em: 13 set. 2021.

Com relação ao currículo, as DCNs propõem:

- a) O ensino centrado nas competências básicas, enciclopédico e informativo.
- b) Conteúdos como meios para constituir competências cognitivas ou sociais.
- c) A organização dos componentes curriculares por área de conhecimento.
- d) A estruturação a partir dos princípios pedagógicos da identidade dos alunos e sua família.

FOLHA DE
REDAÇÃO

CPF: _____

Nº Insc.: _____

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

CPF: _____

Nº Insc.: _____

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	